



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVITE** do senhor **André Rufino do Vale, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)**, na condição de **ESPECIALISTA**, para prestar depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVITE** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização



atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, André Rufino do Vale é um renomado jurista brasileiro, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e ex-assessor de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele tem contribuído significativamente para discussões sobre a constitucionalidade de diversos temas jurídicos, incluindo a regulamentação das apostas esportivas no Brasil.

Sua atuação e expertise em direito constitucional o colocaram em posição de influência no debate sobre a legislação de apostas esportivas, especialmente em relação à Lei das Bets (Lei nº 14.790/2023), que regula esse setor no Brasil. Rufino é também professor de Direito Constitucional no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e lidera grupos de estudos focados na jurisdição constitucional, o que o torna uma figura-chave em temas de controle de constitucionalidade no país.

Sua abordagem jurídica enfatiza a importância da regulamentação adequada para equilibrar os interesses econômicos com a proteção de direitos fundamentais e evitar possíveis violações constitucionais nas apostas. Assim, seu depoimento ajudaria a esclarecer os desafios legais e regulatórios enfrentados pelo setor.



Dessa forma, considera-se que o senhor **André Rufino do Vale, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)**, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2971096313>